



**YBIRÁ S.A.**

CNPJ/MF: 02.217.319/0001-07

**Relatório da Administração** - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Ybirá S.A. (anteriormente denominada Alef S.A.) e o relatório dos auditores independentes.

<b>Balancos patrimoniais findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)</b>			
Ativo	Notas	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.531	131.110
Tributos a recuperar	5	2.988	2.332
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.519</b>	<b>133.442</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.519</b>	<b>133.442</b>

<b>Passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>			
Passivo circulante	Notas	2021	2020
Obrigações tributárias	-	1.127	170
Contas a pagar	6	4.500	-
Partes relacionadas	7	297.220	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>302.847</b>	<b>170</b>

<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>			
Capital social	Notas	2021	2020
Capital social	8	2.130.000	2.130.000
Prejuízos acumulados	-	(2.428.328)	(1.995.828)
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>(298.328)</b>	<b>134.172</b>

**Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)**

Despesas operacionais:	Notas	2021	2020
Despesas administrativas e gerais	9	(407.355)	(107.631)
Despesas tributárias	-	(25.353)	(20.997)
<b>Prejuízo antes das despesas e receitas financeiras</b>		<b>(432.708)</b>	<b>(128.628)</b>
Despesas financeiras	10	(870)	(264)
Receitas financeiras	10	1.078	2.745
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(432.500)</b>	<b>(126.147)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(432.500)</b>	<b>(126.147)</b>
<b>Prejuízo básico por ação - R\$</b>	8c	<b>(0,00371)</b>	<b>(0,00111)</b>

<b>Demonstrações do resultado abrangentes dos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)</b>			
	Notas	2021	2020
Prejuízo do exercício		(432.500)	(126.147)
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(432.500)</b>	<b>(126.147)</b>

<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)</b>			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1.951.000	(1.869.681)	81.319
Aumento do capital social	179.000	-	179.000
Prejuízo do exercício	-	(126.147)	(126.147)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.130.000</b>	<b>(1.995.828)</b>	<b>134.172</b>
Prejuízo do exercício	-	(432.500)	(432.500)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.130.000</b>	<b>(2.428.328)</b>	<b>(298.328)</b>

**Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)**

Atividades operacionais	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(432.500)	(126.147)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas (aplicadas) pelas atividades operacionais:</b>		
Atualização monetária	-	(466)
<b>Aumento (redução) dos ativos:</b>		
Impostos a recuperar	244	889
<b>Aumento (redução) de passivo:</b>		
Contas a pagar	4.500	-
Obrigações tributárias	957	156
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(426.799)</b>	<b>(125.568)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Partes relacionadas	297.220	-
Aumento de capital	-	179.000
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>297.220</b>	<b>179.000</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(129.579)</b>	<b>53.432</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	131.110	77.678
No final do exercício	1.531	131.110
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(129.579)</b>	<b>53.432</b>

**Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)**

Insumos adquiridos de terceiros	2021	2020
(incluindo os valores dos impostos correspondentes)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(407.355)	(107.631)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(407.355)</b>	<b>(107.631)</b>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	1.078	2.745
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>(406.277)</b>	<b>(104.886)</b>
Impostos, taxas e contribuições	25.353	20.997
Remuneração de capitais de terceiros (despesas financeiras)	870	264
Remuneração de capitais próprios (prejuízo do exercício)	(432.500)	(126.147)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>(406.277)</b>	<b>(104.886)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2021 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Ybirá S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório, com exceção da mencionada na Nota 12 Evento subsequente. **1.1. Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras** - Em observância ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus (COVID-19). Adicionalmente, a Administração considera que os impactos da pandemia estão adequadamente gerenciados até o momento, sem impactos financeiros significativos aos negócios da Companhia. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - a) Declaração de**

**conformidade** - As demonstrações financeiras foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 30/03/2022. **b) Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e práticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31/12/2021. **2.2. Novas normas, interpretações e alterações de normas** - As normas abaixo relacionadas, efetivas para o exercício iniciado em 1º/01/2021, não produziram impactos nas informações contábeis da Companhia: **IFRS 3/ICPC 15 (R1) - Business Combinations / Combinações de negócios:** Alterado por referência à estrutura conceitual (emendas à IFRS 3); **IAS 1/ICPC 26 (R1) - Presentation of Financial Statements / Apresentação das demonstrações financeiras:** Alterado pela classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1). **Novos pronunciamentos com vigência em exercício futuro:** A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos onerosos - Custo de cumprimento do contrato	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo IFRS 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 16 - Arrendamentos.	01/01/2022

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **(iv) Hierarquia de valor justo** - A Companhia aplica a hierarquia de valor justo introduzida pelo CPC 04 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: **Nível 1:** São preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração; **Nível 2:** São aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente; **Nível 3:** São inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias, a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota nº 4. **d) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **e) Passivo circulante** - São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. **f) Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240.000 ano ou R\$ 20.000 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, conseqüentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **g) Impostos e contribuições a recolher** - A contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é calculada à alíquota de 1,65%, aplicada sobre o total das receitas brutas, ajustadas pelas deduções e exclusões autorizadas pela legislação em vigor. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo. **h) Resultado básico e diluído por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo

período. **i) Demonstração de valor adicionado** - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **j) Demonstração dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Descrição	2021	2020
Depósitos bancários	1.531	9
Aplicações financeiras (a)	-	131.101
	<b>1.531</b>	<b>131.110</b>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. (Em 31/12/2020, a remuneração média foi de 84,84% do CDI). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	Adminis-trador	Qtde. de cotas	Valor	Qtde. de cotas	Valor
Opportunity TOP DI FICFI	1	BNY Mellon	-	-	26.166,64	121.354
Itaú Top DI FICFI Ref.	1	Banco Itaú	-	-	1.995,01	9.747
						<b>131.101</b>

Descrição	2021	2020
IRPJ exercícios anteriores	2.103	3.232
IRRF a recuperar	192	-
Outros impostos a recuperar	693	-
	<b>2.988</b>	<b>3.232</b>

**6. Contas a pagar:** O saldo de Contas a pagar está representado pelo valor de R\$ 4.500, referente a contratação de serviço de contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares. **7. Partes relacionadas:** A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração durante o exercício de 2021. A Companhia possui obrigação com o administrador no montante de R\$ 297.220 pelo pagamento de despesas. **8. Patrimônio líquido:** **a) Capital social** - O capital social está representado por 116.574.000 (116.574.000 em 31/12/2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 1.000.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. A AGE realizada em 05/03/2020, aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 179.000, mediante a emissão privada de 17.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 0,01 por ação. **b) Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. **c) Prejuízo básico e diluído por ação** - Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

Data	Prejuízo do exercício - R\$	Quantidade de ações	Resultado por ação - R\$
2020	(126.147)	113.435,370	(0,00111)
2021	(432.500)	116.574.000	(0,00371)

	2021	2020
<b>9. Despesas administrativas e gerais</b>		
Serviços prestados por terceiros	(361.697)	(54.845)
Associações diversas	(43.218)	(42.161)
Despesas judiciais e legais	(2.440)	-
Outras despesas	-	(10.625)
	<b>(407.355)</b>	<b>(107.631)</b>

	2021	2020
<b>10. Resultado financeiro líquido</b>		
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e multa de mora	(332)	-
Despesas bancárias	(42)	-
Outras despesas financeiras	(496)	(264)
	<b>(870)</b>	<b>(264)</b>

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	615	-
Rendimento de aplicações financeiras	417	2.279
Variações monetárias	46	466
	<b>1.078</b>	<b>2.745</b>
	<b>208</b>	<b>2.481</b>

**Resultado financeiro líquido**

**11. Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de juros e taxa de câmbio** - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. **12. Evento subsequente: Aumento de capital e aquisição da Fin Capital Crédito Pagamentos e Serviços Ltda.** - De acordo com a ata de assembleia geral extraordinária realizada em 19/01/2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 200.000 (duzentos mil reais) mediante a emissão privada de 200.000 (duzentas mil) ações (preferentes, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, as quais serão totalmente subscritas e integralizadas mediante a conferência de 100% (cem por cento) das quotas de emissão da sociedade Fin Capital Crédito Pagamentos e Serviços Ltda.

**Diretoria** - Adalberto Leidenfrost - CEO  
Frank Jenick - Financeiro - RI  
Rafael Raposo Zatz - Contador - CRC 15P261034/O-4

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Ybirá S.A. (anteriormente denominada Alef S.A.) Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Ybirá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e outras informações significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ybirá S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional** - Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia não vem exercendo na plenitude suas atividades operacionais e vem incorrendo em prejuízos sucessivos, apresentando em 31/12/2021 prejuízo de R\$ 432.500, capital circulante líquido negativo de R\$ 298.328, passivo a descoberto no montante de R\$ 298.328 e geração negativa de caixa das atividades operacionais de R\$ 426.799. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que poderá levantar dúvidas quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade das atividades operacionais da Companhia depende do sucesso de novos projetos, bem como de aportes financeiros por parte dos seus acionistas. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção "Incerteza significativa quanto à continuidade operacional", não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos - Demonstração de valor adicionado** - A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e regis-

tramos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.** **Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.** **Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.** **Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.** **Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.** **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.**

São Paulo, 30 de março de 2022.

**Baker Tilly 4**